

## Resumos de Dissertações e Teses

# A Relação Estado/Município na Passagem da 4ª para a 5ª Série em Curitiba

**Autora: Aparecida Reis Barbosa**

**Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)**

**Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza**

O presente trabalho tem como objeto de estudo a relação Estado/Município na passagem da 4ª para a 5ª série do ensino fundamental em Curitiba. Compreende-se que o modelo de municipalização das séries iniciais e estadualização das séries finais desenvolvido no Paraná é permeado pela lógica financeiro-administrativa e aprofundado na década de 1990, sob a justificativa da modernização dos processos de gestão, racionalização, eficiência e eficácia, presentes na reforma gerencial do Estado brasileiro e respaldado pelo modelo de federalismo, que se configura com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o regime de colaboração explicitado na Lei n.º 9.394/96. No Paraná a particularidade do modelo de municipalização se constitui em uma política de Estado, desde a década de 1970. Destaca-se a participação direta do município de Curitiba na construção desse modelo, com a municipalização de 1ª a 4ª série e estadualização da 5ª a 8ª série, indicando a necessidade da construção de políticas educacionais articuladoras na passagem da 4ª para a 5ª série. A análise aponta para a contradição existente na política nacional

de municipalização do ensino, remetendo para o local a efetivação da única etapa da educação básica que tem caráter universal e obrigatório. Os dados empíricos revelam uma crescente precarização da oferta do ensino fundamental em Curitiba, com déficit de vagas em determinadas regiões da cidade. Indica, ainda, que esse modelo de municipalização cria duas redes distintas, articuladas apenas por critérios técnicos e com medidas de enfrentamento unilaterais, longe de dar ao ensino fundamental uma unidade como sistema. Por isso, as alternativas acabam por expressar um caráter localista, fragmentado e unilateral. O esforço empreendido neste estudo foi o de compreender a relação Estado/Município na passagem da 4ª para a 5ª série em Curitiba, para além da aparência, apontando as determinações históricas, sociais e situando algumas contradições do modelo colaborativo, que se materializa no binômio municipalização/estadualização do ensino fundamental. Nessa perspectiva, buscou-se apontar limites, mas também as possibilidades de superação do que está posto como pronto e acabado, no que se refere ao regime colaborativo.

*Palavras-chave: Federalismo; Regime de Colaboração; Municipalização do Ensino.*

# A Democratização do Ensino Fundamental no Município de Guaratuba

**Autor: Rosana de Fátima Silveira Jammal**  
**Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)**  
**Orientadora: Profa. Dra. Taís Moura Tavares**

Esta pesquisa tem como intenção compreender a democratização, em processo, do ensino fundamental, primeiras séries, no município de Guaratuba. Isso, através da avaliação da política em seu operando, a partir da observação do investimento, condições de qualidade e resultado de desempenho (neste caso o IDEB) como elementos co-dependentes. A suposição que se faz é que a co-dependência, entre as variáveis: financiamento, condições de qualidade e resultado de desempenho, interfira no processo de democratização do ensino. E que essa co-dependência revele o quanto se avança nesse processo e quais as limitações que têm sido impostas. As hipóteses levantadas são: i) em nível municipal, o investimento (a partir dos dispositivos legais CF e Lei 9424/96) em educação fica atrelado à arrecadação própria e de transferência, e automaticamente ao pouco ou ao muito que se arrecada; ii) o que se arrecada não é suficiente para dar conta de lidar com todos os condicionantes da qualidade em educação; iii) a gestão municipal interfere diretamente nos destinos do investimento (apesar das amarras legais) em educação e isso pode comprometer as condições de qualidade positivamente e negativamente; iv) o IDEB é um referencial que se

correlaciona com os condicionantes de qualidade e o investimento em educação, no município de Guaratuba. O trabalho é apresentado em três capítulos, no primeiro, a título de apresentação, contextualiza-se o tema políticas educacionais: comentam-se as teses debatidas, observa-se a história da estruturação do estado nacional, a centralização e descentralização de poderes neste estado, um pouco da história da tributação e da reforma estatal nos anos noventa. No segundo capítulo, trata-se do objeto da pesquisa e da metodologia. No terceiro capítulo, realiza-se a avaliação da democratização do ensino fundamental, nas primeiras séries, no município de Guaratuba; analisam-se investimento em educação, condições de qualidade ofertadas, em âmbito municipal e resultado de desempenho obtido no IDEB de 2007; para, então, avaliar-se o processo de democratização ocorrido no município. A conclusão da pesquisa é que a relação de co-dependência existe e pode ser observada, quando se analisam as variáveis: financiamento, condições de qualidade e resultados de desempenho conjuntamente; e, que o que aparece mais nitidamente como limitador da democratização do ensino fundamental, séries iniciais, é o modelo de gestão adotado.

*Palavras-chaves: políticas educacionais, democratização, ensino fundamental.*

# O Conselho Estadual de Educação na Era Lerner: *Secundação e Coonestação das Políticas para a Escola Paranaense*

**Autor: Joseval Basílio Pelisser**  
**Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)**  
**Orientadora: Profa. Dra. Rose Meri Trojan**

O trabalho tomou como objeto de estudo o Conselho Estadual de Educação do Paraná, durante os anos de 1995 a 2002, período em que o estado foi governado por Jaime Lerner. Tomando como base o materialismo histórico, a análise focou a atuação do conselho em relação à política educacional efetivada nos dois mandatos de Lerner, em que se verificou mudança significativa para escola pública paranaense dada a abrangência das políticas adotadas, especialmente no enfoque privatista que estas assumiram. O Conselho Estadual de Educação inicialmente referendou e, por vezes, se omitiu em relação a tais políticas,

sendo que apenas na fase inicial do governo se posicionou criticamente em relação às imposições da Secretaria de Estado da Educação. Tal afirmação tomou como base a análise da produção legal do Conselho, através de deliberações, pareceres, proposições e indicações e a articulação com as políticas emanadas no período recortado. Buscou-se analisar também as relações de poder que se instituíram na época e que tiveram influência na nomeação dos conselheiros, um período de transformações econômicas no âmbito mundial e nacional, cujos reflexos puderam ser sentidos em todos os setores.

*Palavras-chaves: Conselho Estadual de Educação; Políticas Educacionais; Privatização; Coonestação e secundação.*